

Docemente constrangidos

RICARDO A. SETTI

O Brasil, coitado, mal conhecido os números deste insípido, inoportuno plebiscito sobre forma e sistema de governo, acaba de descobrir mais uma maze-la. Não nos faltam — estamos sabendo agora — apenas uma distribuição menos indecente da riqueza nacional, uma maior dose de justiça social, mais empregos, salários minimamente condignos, saúde, educação e vergonha na cara. Estamos todos sendo informados, insistentemente, de que não somos apenas assolados por todas aquelas carências seculares que já estamos cansados de conhecer, a começar pela de proteínas.



De fato, terminado o plebiscito e definido o rumo institucional pela trilha do velho e cansado presidencialismo, verificamos, não sem muito espanto e algum alarma, que falta também, no Brasil, algo essencial para que continuemos nossa caminhada democrática: candidatos à Presidência da República.

Sim, é isso mesmo: estamos a pouco mais de um ano e meio das importantíssimas, cruciais eleições que decidirão quem estará no claudicante leme do País até a virada do milênio, e não há sequer um único político de escol que aspire, remotamente que seja, a chegar à Presidência. Do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, ao governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao governador paulista, Luiz Antônio Fleury Filho, ninguém é candidato, e todos fizeram saber, uma vez mais, tal condição à opinião pública nestes dias pós-plebiscitários.

Maluf, por exemplo, não é candidato. Aliás, jamais teve ambição alguma nesse sentido, como se sabe. Ele acaba de criar um novo partido, o PPR, porque não pôde resistir à pressão das bases. Da mesma forma, dedica mais tempo à articulações em Brasília e com líderes de outros Estados do que aos vereadores da Capital paulista porque seu ímpeto de servir ao País é tão grande que, às vezes, este pequeno detalhe de ter que administrar a maior cidade do Brasil acaba lhe escapando. "Pretendo terminar meu mandato de prefeito", jura Maluf. E Brizola, então? Quem foi que inventou a calúnia de que ele pretende ser presidente, e isto desde a década de 60? "A idéia de ser presidente não me fascina", assegura Brizola. É verdade que há essa história de ter aparecido durante dois meses, sozinho, no horário eleitoral do presidencialismo como um novo Messias. Mas, afinal, quem é que consegue segurar militantes tão entusiasmados como os do PDT?

O presidente do PMDB, Orestes Quércia? Ora, ora, ora — quantas vezes ele ainda vai precisar dizer que não é candidato, que o PMDB ainda não decidiu esta relevante questão? Sua luta titânica para permanecer no comando do partido e em evidência nacional, apesar da torrente de denúncias de corrupção que a imprensa não cessa de fazer jorrar, está ligada a uma questão de vocação. Talvez seja um desperdício de energia para um homem com tanto talento empresarial, que ficou bilionário dedicando aos negócios apenas os poucos intervalos de tempo permitidos por sua atividade política — mas quem é que consegue, vamos e venhamos, afastar um homem de sua vocação, mesmo que isso lhe custe tanto sacrifício material?

Temos também o caso de Lula.

Imaginem se esta Caravana Roli-dei que ele empreende desde sua cidade natal, Garanhuns (PE), até Santos, reeditando o caminho do migrante pobre que um dia buscou a sorte no Sul Maravilha, tem alguma coisa a ver com campanha eleitoral? Lula está preocupado única e exclusivamente em divulgar o programa do PT para combater a fome dos brasileiros. Além disso, o PT é um partido organizado e disciplinado: o candidato só será escolhido em 1994, depois de um longo exercício de democracia interna — e Lula pode até ficar de fora, não é mesmo?

E Fleury, então? Quem quiser irritar o governador é só falar em candidatura à Presidência. "A hora é de lutarmos pelas reformas estruturais de que o Brasil precisa", diz ele. Colocar 1994 antes de 1993 é impatriótico, Fleury nem pensa no assunto. Toda a sua estratégia de se afastar de seu mentor, Quércia, por exemplo, é apenas um exercício de imaginação da mídia. O mesmo se dá com o pacote de obras de bilhões de dólares anunciado, com pompa e circunstância, dias atrás: trata-se de mera rotina administrativa. O governador, provavelmente, prefere, a instalar-se no terceiro andar do Palácio do Planalto em 1995, voltar a botar criminosos na cadeia, como promotor público, quem sabe reforçando o orçamento doméstico como professor *part time* na Academia da Polícia Militar, enquanto, placidamente, vê os filhos crescer.

A enumeração de não-candidatos poderia continuar. Poupeemos o leitor. Que diferença dos tempos da ditadura militar! Sim, é certo que foi uma época de horrores e de iniquidade. Mas pelo menos este problema gravíssimo — a escassez de candidatos — os generais autocráticos nunca tiveram. Sempre que o sistema estava prestes a retirar do bolso do dólmã o nome de algum novo general-presidente, este vinha a público declarar que não pleiteava nada — com a ressalva de que, se convocado a servir à Pátria, estaria disposto a fazer o sacrifício.

A situação presente, porém, nos permite um consolo: se é preocupante constatar essa terrível lacuna de nos faltarem candidatos numa época crucial de nossa História, é por outro lado comovedor ver tanto desprendimento. Nunca tantos políticos renunciaram a tanto em tão pouco tempo. A menos, é claro, que as coisas mudem — e o agravamento da situação do País faça com que todos esses não-candidatos, docemente constrangidos, ouçam finalmente o chamamento do dever e se lancem à corrida presidencial.

■ Ricardo A. Setti, jornalista, é diretor editorial adjunto da Editora Abril

